

Política

—MANDATO—

Depois de aprovar o capítulo dos índios (ver na página seguinte), a Constituinte iniciou uma sessão tumultuada. Aprovou o texto básico do Centrão referente às Disposições Transitórias, mas as discussões sobre o mandato de Sarney acabaram se esticando até 22h, quando Ulysses Guimarães deu a sessão por encerrada, adiando a decisão.

E a decisão ficou para hoje

Para "compor melhor" a decisão do plenário, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, resolveu ontem adiar por algumas horas — exatamente onze — a votação do mandato do presidente Sarney, cujo tamanho deverá ser decidido hoje, a partir de 9 horas. Depois de julgar várias questões de ordem sobre um requerimento de prorrogação da sessão até meia-noite, Ulysses encerrou os trabalhos — o que provocou imediatos protestos do Centrão, que estava mobilizado para votar pelos cinco anos.

O requerimento de prorrogação do líder do PFL, deputado José Lourenço, foi contestado pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, que alegou ter a sessão já sido prorrogada até 22 horas, através de um acordo de lideranças — e, por isso, não cabia outra prorrogação. Covas foi acusado pelo Centrão de estar fazendo obstrução. E não deixou a acusação sem resposta: "Obstrução, não. Obstrução fez o Centrão na votação da UR. No máximo, essa gente poderia dizer que estamos fazendo uma operação-padrão".

Num clima que se assemelhava a uma assembleia estudantil, os líderes ocuparam a tribuna durante hora e meia. Covas chegou mesmo a lembrar seus tempos na Escola Politécnica, "quando um orador falava e um grupo de estudantes uivava". Do plenário, um coro do Centrão começou a entoar "cin-co, cin-co", em ritmo que lembrava o da torcida do Flamengo. As esquerdas respondiam apenas exibindo um cartaz onde apareciam os quatro dedos da mão — cartaz que começou a se multiplicar e a ser exibido para as câmaras de tevê. José Genoino (PT-SP) chegou a exibir o seu até por trás da cabeça de Ulysses. Não se sabe como, outro deles apareceu afixado nas costas de José Lins (PFL-CE), um dos coordenadores do Centrão.

Para ganhar tempo, os líderes do PFL, PTB e PDS preferiram não ocupar a tribuna. Assim, coube a Covas encerrar a lista dos oradores. E não dispensou ironias. "Agora parece que, se aprovados os cinco anos, o presidente Sarney será um presidente despreocupado. Por três vezes, como Pedro, ele repetiu que cabia à Constituinte decidir sobre a duração de seu mandato e que ele preferiria quatro anos."

Com veemência, Covas apelou ao PMDB para rejeitar o texto do Centrão, porque, entre outras coisas, deixa de fixar em quatro anos o mandato. E apresentou motivos para convencer os constituintes. "Chegamos a uma deterioração inaceitável. Um funcionário do governo chega ao deslante de afirmar que uma CPI que apura corrupção é inconstitucional", lamentou. "Em qualquer país do mundo, inconstitucional é a corrupção."

O líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, dirigiu seu discurso a Ulysses, embora não o citando nominalmente. Lembrou de sua luta contra o regime autoritário e pelas diretas-já. Falou da "compra de votos", lendo notícias de jornais, entre as quais "Sarney dá universidade em troca dos cinco anos", e mencionou os "conchavos na calada da noite" para acertar situações financeiras. O líder do PL, Adolfo de Oliveira, manifestou-se a favor dos quatro anos, o mesmo fazendo Haroldo Lima (PC do B), Roberto Freire (PCB) e Ademir Andrade (PSB). Mauro Borges (PDC) ficou a favor dos cinco anos.

Prognósticos

A decisão de Ulysses de marcar a nova sessão para hoje foi uma sugestão do líder do PCB, Roberto Freire. Ulysses perguntou se Covas estava de acordo. Freire não vacilou: "Ele topa". Mas foi só depois desse diálogo que Freire foi comunicar a Covas que havia falado por ele. "Tudo bem", respondeu o senador.

Antes da discussão sobre o requerimento de prorrogação, já tinham sido votadas e rejeitadas duas emendas que pretendiam a convocação de plebiscitos, dos deputados Lysiane Maciel (PDT-RJ) e Lourdes Abadia (PFL-DF). Hoje, antes da votação do mandato, a Constituinte ainda votará uma emenda sobre plebiscito, de autoria de Luís Salomão (PDT-RJ).

Logo pela manhã, José Lourenço, líder do PFL, foi ao Planalto dizer a Sarney que, primeiro, interessava a votação dos cinco anos, para depois se tentar um acordo sobre as Disposições Transitórias. E já contava como certa a vitória dos cincoconstituintes. Durante o intervalo das sessões de ontem, contudo, a Mesa, reunida no gabinete de Ulysses, decidia que seria seguido o critério tradicional, com a votação do texto base do Centrão. Em caso de aprovação, as emendas seguiriam a ordem cronológica — e a emenda dos cinco anos é o quarto artigo.



Lula pede quatro anos com a mão de cartolina.



Lensen (centro) comemora a vitória.

Tudo para tirar o sono do presidente

William Waack, enviado especial.

Resumiu-se tudo em saber se Sarney iria dormir tranqüilo. Já estava resolvida para qualquer um no Congresso a questão transcendental da Constituinte: cinco anos para o mandato do presidente. Restou aos quatroconstituintes o melancólico recurso de perturbar o sono do presidente: "Por mim ele ainda vai passar essa noite com a cabeça no travesseiro sem ter a última certeza da vitória", dizia o senador Fernando Henrique, visivelmente deprimido.

Para o governo, era fundamental não desperdiçar uma nutrida aglutinação de deputados do Centrão. Diante da possibilidade de que a votação seguisse adiante — ou não, dependendo da obstrução praticada exemplarmente pelo senador Mário Covas — deputados que nunca foram muito vistos nos salões do Congresso berravam "queremos votar, queremos trabalhar".

"Aliciamento torpe", qualificou Covas, em discurso patético, os esforços do governo em arregimentar a maioria pelos cinco anos. Foi, sem dúvida, uma excelente peça de oratória. Quando Covas levantou-se para falar ao plenário, evidentemente já derrotado, uma espécie de silêncio cerimonioso o seguia. Não é privilégio que se ignore num ambiente no qual oradores são raramente ouvidos ou respeitados.

"Um deputado vota pela sua consciência", disse Covas, em meio a aplausos frenéticos dos que agitavam grandes cartazes representando uma mão mostrando quatro dedos. Foi para ouvidos surdos, porém, que Covas apontou, com bastante propriedade, para a sucessão de artigos incluídos no texto já aprovado da Constituição que as medidas transitórias propostas pelo Centrão simplesmente anulavam.

"O Centrão tirou todos os dispositivos que podiam significar mais despesas ou menos arrecadação para a União", explicou o deputado José Serra, um dos autores da reforma tributária aprovada há meses.

"É que eles têm sua base nos deputados do nordeste e essa exigência foi negociada por eles".

Não era esse o assunto que preocupava a óbvia maioria de deputados a favor de que Sarney governasse mais um ano. "É hoje que o presidente está sendo de fato eleito", dizia o governador de Fernando de Noronha, Fernando Cesar Mesquita, distribuindo elogios ao presidente pelos corredores do Congresso.

Fontes do Planalto garantiam que Sarney muda logo alguns ministros — ou não muda, o que deixa a situação rigorosamente na mesma. "Esse presidente não governou até agora, não vejo qualquer motivo para que comece a governar de repente", disse o deputado Afff Domingos. "O melhor era acabar com essa farsa agora."

Os sinais do Palácio do Planalto, porém, são inequívocos. "Ele desta vez não vai deixar cargos como o BNDES ou da Caixa Econômica à disposição. Vai agir depressa", garante um íntimo amigo do presidente. "Se não o fizer agora, seria mesmo um incompetente."

Houve uma notável coincidência de episódios no dia que teria sido o da maior vitória de Sarney. Os jornais cheios de notícias sobre a descoberta de fabuloso poço de petróleo. Anúncio de acordo com o FMI. Empresários americanos, até agora refratários à política econômica do governo, dizendo em Brasília que gostariam de voltar a investir.

"Coincidência coisa nenhuma", comentava o deputado Delfim Netto, cheio de ironia. "É uma brilhante encenação. O pior é que já fizeram esse golpe do petróleo umas quatro ou cinco vezes e sempre conseguem enganar aquela velhinha que compra ações da Petrobrás. Vão ganhar os mesmos de sempre, uns cinco milhões de dólares. E só olhar como as ações da Petrobrás estavam se comportando na Bolsa nas últi-

mas duas semanas para adivinhar o que aconteceria agora."

Mesmo deputados asperamente críticos do governo reconheciam, ontem, que Sarney e seus ministros da Fazenda e do Planejamento tinham um excelente alibi na mão: o próprio FMI. Embora os detalhes não sejam ainda totalmente conhecidos, sabe-se que o FMI negociou com o governo um acordo que prevê apertos sobretudo nas contas públicas — deixando intocados os sagrados mecanismos de investimento na economia e manutenção das taxas de exportação. A inflação, observa Delfim, "os cincoconstituintes deixaram para nós mesmos, contanto que a gente não mexa na sagrada conta corrente, que vai muito bem, obrigado".

Na outra ponta do espectro político, os dissidentes do PMDB amargavam a visível derrota dos quatro anos (já quase digerida) e um dilema difícil: apoiar ou não a suspensão das eleições municipais de novembro próximo?

"Há 151 constituintes candidatos a prefeito, e 91 são do Centrão", explicava o deputado Maurício Fruct, um autêntico que não quer deixar o PMDB. "Para o pessoal que quer deixar o partido, há uma proposta de conciliação: eles não fazem essa reunião no dia 24, a gente vai pro pau na convenção do PMDB, em agosto. Mas isto só dará certo se também o prazo para apresentar candidatos for prorrogado até o final do mês. E por isso que essa suspensão das eleições interessa a eles também."

Nesse complicado emaranhado de interesses conflitantes — também a questão de quem será o presidente do novo partido já divide os que pretendem formá-lo — era o presidente do PT, Lula, uma das poucas vozes chamando fortemente à razão: "O Ulysses aprova essa coisa toda do mandato, mas depois quero ver ele colocar de novo essa maioria para evitar os absurdos que vêm por aí", concluiu.

Rádios e tevês na onda dos cinco

A prática da distribuição de canais de rádio e de televisão, pelo governo, a aliados políticos, é antiga e vem sendo exaustivamente adotada pelo presidente José Sarney desde 1985, até as vésperas da votação do seu mandato. Nesse período, numerosos políticos e constituintes foram presenteados com novas emissoras, transformando-se, em decorrência, em ardorosos defensores dos cinco anos. Ontem, o deputado Maurício Fruct (PMDB-PR), que vem pesquisando o assunto há mais de cinco meses, entregou os primeiros resultados do seu trabalho, comprovando, através de certidões das Juntas Comerciais de diversos Estados, o que muitos parlamentares insistem em negar, que é a cooptação política pelo Planalto em favor de um tempo mais longo de poder para o presidente Sarney.

O deputado Milton Reis (PMDB-MG) é um dos que mais lutou pela aprovação dos cinco anos, dedicando-se inclusive a trabalho individual de persuasão e a pesquisas sobre as tendências dos parlamentares nesses últimos meses. Ganhou, juntamente com sua mulher, Marina Guimarães Mascarenhas Reis, uma rádio na cidade de Pouso Alegre, com outros dois sócios.

A lista de beneficiários de concessões distribuídas pelo deputado Maurício Fruct refere-se aos anos de 85, 86 e 87, porque as Juntas Comerciais ainda não atualizaram com dados de 88. Por essa razão, muitos dos nomes de constituintes que sabidamente se tornaram proprietários de rádios nos últimos meses, em troca de apoio aos cinco anos, não constam das certidões obtidas pelo parlamentar.

"Ex-diretas" Autor de uma emenda restabelecendo eleições diretas para a presidência, que começou a tramitar depois da rejeição da emenda Dante de Oliveira, o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) desinteressou-se do assunto depois de ganhar do presidente Sarney uma rádio em Sorocaba, juntamente com dois filhos, Eduardo Henrique Mendes e José Theodoro Mendes Júnior.

Não muito longe de Sorocaba, na cidade de Tatuí, o nome de Ana Rosa Orsi Mendes figura entre os ganhadores de uma rádio, o que pode ser um indicio das ramificações políticas do deputado Theodoro Mendes, chamado de "ex-diretas" por alguns parlamentares. Também o deputado Ricardo Izar (PFL-SP), cincoconstituinte entusiasmado, foi beneficiado. Seu irmão, Roberto Nagib Izar, com três sócios, recebeu do governo uma emissora em São Paulo.

O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centrão, não recebeu nenhuma emissora, mas políticos a ele ligados, ou das suas relações pessoais, também foram beneficiados, como o prefeito de Vinhedo, Henrique Augusto Ferragut, com uma rádio no município. Outros políticos ligados ao governador Orestes Quércia, um dos

maiores interessados na aprovação dos cinco anos, foram contemplados com concessões. E o caso, por exemplo, do ex-prefeito de Barretos, Razez Rezek, irmão do secretário do Interior, Luiz Rezek.

Em família

Já o governador de Goiás, Henrique Santillo, não somente partidário dos cinco anos, mas autor da ideia da elaboração de um programa econômico para assegurar a sobrevivência do governo Sarney, preferiu atuar em família. Seu irmão e prefeito de Anápolis, Ademar Santillo, ganhou uma emissora na cidade, juntamente com sua mulher, Onaide Silva Santillo. Políticos aliados do governador de Goiás, como o presidente da Assembleia Legislativa, Frederico Jayme Filho, também tornaram-se proprietários de emissoras.

Até o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, recebeu seus benefícios, através de uma concessão de rádio a Jorge Roberto Salomão e José Antônio Salomão, que seriam seus sócios no empreendimento em Ponta-Porã.

Na Bahia, terra do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, muitos dos seus aliados e amigos foram contemplados com concessões de rádio, como o deputado estadual César Augusto Rabelo Borges, Félix de Almeida Mendonça Júnior, Cristiana Mendonça Mathias e até seu ex-secretário, Kleber Pacheco de Oliveira.

O Centrão luta até o fim. E ganha.

Telefonemas feitos durante todo o dia, dos gabinetes dos deputados Carlos Sarney (PMDB-BA), líder do governo, Daso Coimbra (PMDB-RJ) e Gilson Machado (PFL-PE), controlavam, ontem, a presença dos constituintes cincoconstituintes no Congresso Nacional. As 11 horas da manhã eles eram 217. As 16h30, quando foi votado o capítulo do índio, último do corpo permanente da Constituição, já estavam presentes 329. A certeza da vitória, que aparentemente tranquilizava os articuladores governistas, não impedia tentativas de última hora para a mudança de votos. Segundo Daso Coimbra, nove dos votos comprometidos com os cinco anos foram conseguidos nas últimas horas que precederam a votação.

O principal argumento era que a definição dos cinco anos de mandato para Sarney já estava consumada. O senador José Rieha (PMDB-PR), quatroconstituinte, admitiu ter perdido muitos correligionários nos últimos dias. "As pressões são muito fortes e vêm de todos os lados, mas nós preferimos nem conhecer os motivos das mudanças de votos", disse ele. Conformados com a derrota, os adeptos dos quatro anos não chegaram sequer a se organizar. "Nós fazemos o levantamento dos votos quando existe algum equilíbrio. Mas neste caso a causa está lamentavelmente perdida", explicou Rieha.

Apesar de tudo, os cincoconstituintes quase perderam o voto do deputado José Tinoco (PFL-PE). E que seus indicados para empregos na Previdência Social foram afastados pelo ministro Renato Archer e substituídos por escolhidos da deputada Cristina Tavares (sem partido) — que há dias deixou o PMDB.

Assessores palacianos lamentaram o fato, destacando a coincidência das substituições na Previdência no município pernambucano de Garanhuns com a decisão do mandato do presidente Sarney. José Tinoco, porém, tranquilizou as lideranças do PFL, garantindo que votaria a favor dos cinco anos.

Poucos minutos antes do início da votação das Disposições Transitórias, na entrada do plenário, o deputado Paulo Silva (PMDB-PI), filho do governador Alberto Silva, admitiu estar vivendo um dilema diante das pressões do governo em favor dos cinco anos para Sarney. Paulo Silva, que acompanhou a votação dos setores progressistas, não sabia como votar a questão do mandato — embora se declarasse quatroconstituinte convicto — com receio de prejudicar seu Estado, o Piauí.

Aflito, rosto suado, o parlamentar revelou ter recebido telegramas de todos os integrantes do Diretório Regional do PMDB, além de muitos apelos, solicitando seu voto a favor dos cinco anos. Aparentemente constrangido, Paulo Silva não quis confirmar a pressão direta de Sarney, mas, ao seu lado, um parlamentar informou que o presidente havia condicionado a liberação de verbas para o Piauí ao seu voto a favor dos cinco anos.

E Tocantins é quase um novo Estado

Com a aprovação do texto-base do Centrão, ficou praticamente criado um novo estado, o do Tocantins, porque o artigo 60 das Disposições Transitórias que trata do desmembramento do norte do Estado de Goiás não tem qualquer emenda que possa alterar essa decisão. A decisão final caberá à população local, que será consultada por plebiscito a realizar-se 120 dias depois de promulgada a Constituição. Tão logo o texto-base do Centrão foi aprovado, o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que há anos se bate pela medida e já apresentou antes duas emendas constitucionais com esse fim (ambas aprovadas pelo Congresso e rejeitadas pelo Executivo), gritou emocionado de um dos microfones de aparte: "Graças a Deus o Estado do Tocantins está criado. Graças a Deus".

O agitado (e bem humorado) dia de Sarney

O presidente Sarney despertou, ontem, exatamente às 3h39 para um dia cheio de previsões e articulações políticas — mas em que não esqueceu nem a sua confessa paixão pelo poeta português Fernando Pessoa nem os seus 3.600 metros de caminhada cadenciada, de todas as manhãs. Sua noite foi encerrada festivamente, porque, afinal de contas, tinha boas razões para isso.

A política tinha ido muito bem e o presidente tinha mais do que certeza de que ganhava mais um ano de mandato — ou não perdia um ano — e por margem muito boa. E a sua filha Roseana, além disso, fazia aniversário, o que era comemorado alegremente no Palácio Alvorada por parentes e os amigos do círculo bem íntimo, como o governador Cafeteira, o ministro Costa Couto, o ministro José Reinaldo, e mais alguns, para um cardápio de muita TV (todo mundo ficou olhando os noticiários da TV), política e um espaguetinho à bolonhesa, com sobremesa de quindim.

Mostrando que não estava excessivamente ansioso com a luta do mandato, na Constituinte, porque todos os seus informes davam vitória disparada, o presidente, num dia crítico como o de ontem, teve tempo para reafirmar seu apreço pelo poeta Fernando Pessoa, várias vezes. Ainda na cama, no Palácio Alvorada, ele leu um arti-

go sobre o centenário de Pessoa, no jornal francês Liberation, e depois passou os olhos por um dos seus poemas pessoais favoritos, "Tabacaria". Quando almoçava, às 12h30, com o filho José Sarney, e amigos do Maranhão, o presidente explicou que ele foi iniciado em Pessoa pelo poeta Bandeira Tribusi, que foi estudar Letras em Coimbra, e no retorno a São Luiz do Maranhão fez muitos "comícios" poéticos louvando Pessoa — e passando seu gosto para os então muito jovens José Sarney, Lago Burnett e Ferreira Gullar.

Mas além dessas amenidades, o presidente enfrentou, é claro, múltiplas reuniões políticas — a primeira das quais às 10 da manhã, com os ministros Costa Couto, Baima Denis e Ivan de Souza Mendes. E foi aí que a convicção de todos se voltou para a ideia de que o quadro da votação do mandato na Constituinte não podia ser melhor. Ao longo do dia, conversando com jornalistas, ministros, empresários, o presidente estabelecia uma série de análises. A impressão é de que a certeza do mandato mais amplo tinha funcionado para o presidente como um estímulo para que ele precisasse de uma série de reflexões e planos.

1 — A democracia no País só poderá ser fortalecida se tivermos partidos com ideias claras e amplamente implantados.



Sarney: descontraído.

2 — Agora, o presidente está disposto a dar passos grandes na liberalização crescente da economia. Ele está convencido de que o Estado não pode continuar tendo um papel preponderante na economia brasileira. Ele imagina que é essencial "liberar o poder criativo do empresário brasileiro".

Durante a tarde, o presidente fez alusões a esse respeito a um grupo de empresários brasileiros e norte-americanos que o visitaram (participavam de um encontro em Brasília). Ele afirmou que pretende intensificar o intercâmbio comercial com os países industrializados e reafirmou a sua convicção de que a política econômica nacional deve estar totalmente aberta aos investimentos estrangeiros. Aos americanos, em particular, Sarney disse que a economia brasileira cresceu, e que hoje o Brasil tem "relações adultas" com os Estados Unidos, o que suscita, por vezes, atritos sem maiores consequências. Mas que a história mesmo da relação dos dois países sustenta a capacidade de superar as eventuais diferenças.

Outro ponto sugerido por Sarney, nos seus insistentes planos, confortados pela segurança cada vez maior de mandato de cinco anos, é que o Brasil precisa, e urgentemente, de reforma administrativa. Não

de uma reformazinha, mas de coisa ampla e profunda, que por sua minúcia e vastidão exigirá o empenho ardoroso de muitas administrações. Em todo o caso, agora ele pretende ao menos começar tal reforma.

Um dos ministros que mais foi homenageado pelo dia simpático do presidente foi o da Irrigação, Vicente Fialho, num encontro realizado em torno do meio-dia. José Sarney estava alegre pelo presente que recebeu da agricultura, com a safra recorde deste ano — e não deixou de lembrar a Vicente Fialho que 20% da supersafra ocorreu exatamente em áreas irrigadas pelo novo Ministério.

No aniversário de Roseana, José Sarney falava copiosamente sobre o dia afortunado com que ele também era agraciado. Os primeiros íntimos chegaram ao palácio da Alvorada, para a festa noturna, às 19h30. E a homenagem a Roseana não terminou antes das 11 da noite. O ministro Costa Couto estava mais no telefone do que na festa, embora também estivesse presente. Ele participava de intermináveis conversas com os seus assessores, que tudo lhe informavam sobre os fatos que iam se desenrolando na Constituinte, em torno do mandato de Sarney. E cada vez que ele largava o telefone para dar notícias a Sarney e a outros convivas, a alegria só aumentava.